

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAI/2007 A ABR/2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (1) (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.429.115	2.173
Pessoal Ativo (2)	3.321.895	2.173
Pessoal Inativo e Pensionistas (2)	3.107.220	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art.18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19da LRF) (II)	381.814	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (3)	381.814	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) (4)	6.047.301	2.173
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		6.049.474
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		15.065.596
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		40,15%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 49.00%		7.382.142
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 46.55%		7.013.035

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE

Notas:

- 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II art.35 da Lei 4.320/64.
- 2 - O valor dos itens Pessoal Ativo e Pessoal Inativo e Pensionistas não inclui precatórios, indenizações por demissão e despesas de exercícios anteriores.
- 3 - A Contribuição Previdenciária dos Servidores, instituída pela Lei estadual 12.065 de 29 de março de 2004, está sendo deduzida das despesas com Inativos na proporção de 78,66% de mai/07 a Dez/07 e de 79,07% de jan a abr/08, do total arrecadado pelo IPERGS, relativo ao pessoal do Poder Executivo, conforme Instrução do TCE.
- 4 - A Despesa Líquida com Pessoal está apresentada de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado - TCE quanto à Prestação de Contas de Gestão Fiscal do exercício de 2000, adotando-se subsidiariamente, a orientação contida na Informação TCE 43/2001, no Parecer Coletivo 2/2002 e na Informação TCE 24/2004, aprovados pelo Tribunal Pleno nas sessões de 10 de outubro de 2001, 08 de maio de 2002 e 21 de julho de 2004, respectivamente. Neste sentido, não estão computados como despesa de pessoal os gastos com pensões, assistência médica, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-creche, bolsa de estudos, auxílio-funeral, abono de permanência e o Imposto de Renda Retido na Fonte da remuneração dos Servidores.

Yeda Rorato Crusius
Governadora do Estado
CPF 154.198.190-15

Aod Cunha de Moraes Junior
Secretário da Fazenda
CPF 536.776.250-68

Roberval da Silveira Marques
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 381.852.960-49
CRCRS 48.915

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / 2008

RGF - Anexo II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	35.929.898	37.059.411		
Dívida Mobiliária	150.845	156.157		
Dívida Contratual	33.455.705	34.592.317		
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (inclusive)	2.027.264	2.027.005		
Operações de Crédito inferiores a 12 meses				
Parcelamentos de Dívidas	294.758	282.540		
De Tributos				
De Contribuições Sociais	294.758	282.540		
Previdenciárias	150.721	136.936		
Demais Contribuições Sociais	144.037	145.604		
Do FGTS				
Provisões de PPP				
Outras Dívidas	1.326	1.392		
DEDUÇÕES (II)	415.494	885.016		
Ativo Disponível	674.989	594.566		
Haveres Financeiros	835.959	1.186.445		
(-) Restos a Pagar Processados	1.095.454	895.995		
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	3.379.006	3.469.889		
Precatórios anteriores a 5/5/2000	21.707	21.706		
Insuficiência Financeira				
Outras Obrigações	3.357.299	3.448.183		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)(III)=(I - II)	35.514.404	36.174.395		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.991.364	15.065.596		
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	256,80%	245,99%		
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	253,83%	240,11%		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 238.79%	34.088.559	35.975.137		

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001			2002			2003			2004		
	3º Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	DCL	Excedente	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	272,74%	72,74%	4,85%	266,15%	274,06%	295,29%	288,02%	279,95%	280,00%	286,82%	283,33%	282,70%
% Limite de Endividamento (1)				267,89%			263,04%			258,19%		
Exercício Financeiro	2005			2006			2007			2008		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	278,31%	266,80%	257,79%	253,66%	254,30%	253,47%	254,43%	246,06%	253,83%	240,11%		
% Limite de Endividamento (1)	253,34%			248,49%			243,64%			238,79%		

Notas:

- 1 - O limite definido pelo Senado Federal, conforme disposto na Resolução 40/2001, corresponde a 200% até 2016, sendo que o excesso verificado em 2001, de 72,74% no caso do Estado, deve ser reduzido a razão de 1/15 ano, ou 4,85% ao ano.
- 2 - Medidas Corretivas: a) Decreto 45.475/08 que dispõe sobre a execução orçamentária e o cumprimento de metas para o exercício de 2008 e dá outras providências – da publicação bimestral dos valores arrecadados, a revisão da programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para servir como parâmetros para limitação de empenho e movimentação financeira-; b) Decreto 45.635/08 que dispõe sobre a execução orçamentário-financeira dos órgãos do Poder Executivo, das Fundações e Autarquias do Estado do Rio Grande do Sul para o exercício de 2008 e dá outras providências – limitações para execuções orçamentária e financeira; c) Planejamento estratégico no âmbito da Secretaria da Fazenda, vinculando metas-; d) programas especiais de fiscalização, cobrança, monitoramento e controle do gasto público, intensificando a fiscalização setorial e a recuperação de créditos tributários; e) Gerenciamento matricial da Receita e da Despesa; f) continuidade e aprofundamento dos processos de racionalização das despesas correntes e execução do Programa de Racionalização da Despesa "Fazendo mais com menos".

Yeda Rorato Crusius
Governadora do Estado
CPF 154.198.190-15

Aod Cunha de Moraes Junior
Secretário da Fazenda
CPF 536.776.250-68

Roberval da Silveira Marques
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 381.852.960-49
CRCRS 48.915

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / 2008

RGF - Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (II)	334.068	313.784		
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	334.068	313.784		
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	334.068	313.784		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	13.991.360	15.065.596		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	2,39%	2,08%		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22.00%	3.078.099	3.314.431		

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)				

FONTE: Secretaria da Fazenda - Departamento da Despesa Pública Estadual

Yeda Rorato Crusius
Governadora do Estado
CPF 154.198.190-15

Aod Cunha de Moraes Junior
Secretário da Fazenda
CPF 536.776.250-68

Roberval da Silveira Marques
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 381.852.960-49
CRCRS 48.915

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CONSOLIDADO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL / 2008

RGF - Anexo IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES REALIZADAS ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	
	CREDOR	VALOR
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		0
Externas		0
Internas		0
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)		0
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III) = (I + II)		0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		15.065.596
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS sobre a RCL (I/RCL)		0,00%
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA sobre a RCL (II/RCL)		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS - 16.00%		2.410.495
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA - 7.00%		1.054.592

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE

Yeda Rorato Crusius
Governadora do Estado
CPF 154.198.190-15

Aod Cunha de Moraes Junior
Secretário da Fazenda
CPF 536.776.250-68

Roberval da Silveira Marques
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 381.852.960-49
CRCRS 48.915

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 1º QUADRIMESTRE DE 2008

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	6.049.474	40,15%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49,00%	7.382.142	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	7.013.035	46,55%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	36.174.395	240,11%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	35.975.137	238,79%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	313.784	2,08%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.314.431	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	2.410.495	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.054.592	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA/ INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos		

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE

Yeda Rorato Crusius
Governadora do Estado
CPF 154.198.190-15

Aod Cunha de Moraes Junior
Secretário da Fazenda
CPF 536.776.250-68

Roberval da Silveira Marques
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 381.852.960-49
CRCRS 48.915